

SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E TELEVISÃO

**ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 51ª
LEGISLATURA, REALIZADA EM 20 DE OUTUBRO DE 1999.**

Às dezenove horas e trinta minutos do dia 5 de outubro de mil novecentos e noventa e nove, na sala de reuniões da Comissão, Ala Senador Alexandre Costa, sala 15, sob a Presidência do Senhor Senador Pedro Simon e com a presença dos Senhores Senadores, Agnelo Alves, Djalma Bessa, Artur da Távola, Geraldo Cândido, Lúcio Alcântara, reúne-se a Subcomissão de Rádio e TV. Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores, Álvaro Dias, Amir Lando, Gerson Camata, Romeu Tuma, Álvaro Dias e Emília Fernandes. Havendo número regimental, abrem-se os trabalhos. A Presidência dispensa a leitura da ata da reunião anterior que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência começa a apreciação da Pauta. **Item 01: Requerimento, de autoria do Senador Djalma Bessa** que, “Requer nos termos regimentais, a realização, de ciclo de palestras sobre experiências estrangeiras de rádio e televisão”. O requerimento é aprovado. **Item 03: Requerimento, de autoria do Senador Pedro Simon** que, “Requer, nos termos regimentais, as providências necessárias para a realização de seminário, tendo como tema: Rádio, Televisão e Democracia”. O requerimento é aprovado. **Item 04: Requerimento, de autoria do Senador Pedro Simon** que, “Requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública, tendo como tema: A Violência na Mídia”. O requerimento é aprovado. **Item 05: Requerimento, de autoria do Senador Geraldo Cândido** que, “Requer, nos termos dos incisos II e V do artigo 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública para debater sobre Radiodifusão Comunitária, tendo como expositores os Senhores José Luiz do Nascimento Sotter – Presidente da Associação Brasileira de Rádios Comunitárias, Emmanoel Emir Alcântara Magalhães – Presidente da Rádio Ar Livre, e Paulo Fernando Silveira – Juiz Titular da 1ª vara da sub-seção Judiciária de Uberaba-MG”. Neste momento, o Senhor Senador Geraldo Cândido pede a palavra e requer, oralmente, que seja aditado ao seu requerimento convite ao Presidente da ANATEL, Senhor Renato Navarro Guerreiro, para debater sobre o tema supra citado, o que é aprovado. **Ficam adiados os seguintes Itens: 02 e 06.** A seguir, o Senhor Presidente encerra os trabalhos, determinando que as Notas Taquigráficas sejam anexadas a esta Ata para a devida publicação. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às dezenove horas e quarenta e cinco minutos determinando que eu, **Júlio Ricardo Borges Linhares, Secretário da Comissão de Educação**, lavrasse a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

SENADOR PEDRO SIMON
PRESIDENTE DA SUBCOMISSÃO DE RÁDIO E T.V.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Declaro aberta a reunião.

É com prazer que, nessa audiência pública, recebemos o Dr. Jorge da Cunha Lima, Presidente da **TV Cultura** de São Paulo, e o Dr. Mauro Garcia, Presidente da **TVE** no Rio de Janeiro. Faremos uma análise sobre a rede pública de televisão e sua experiência. Em nossa Comissão, parece-nos muito importante ver uma realidade que já existe – isto é, um fato concreto – da rede pública brasileira. Teremos que debater e examinar o tema nos trabalhos desta Comissão.

Com o maior prazer, concedo a palavra ao Dr. Jorge da Cunha Lima, Presidente da **TV Cultura** de São Paulo, uma televisão que vem impondo respeito e admiração a todo o Brasil.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Senador Pedro Simon, tenho grande honra de estar nesta Comissão do Senado num momento em que consideramos muito graves e quase decisivas para os destinos da televisão no Brasil todas as conseqüências dessas transformações que ocorrem nesse âmbito – sobretudo diante da perspectiva do envio a esta Casa e à Câmara de um projeto de lei de comunicação de massa em que toda a questão das emissoras de televisão e de radiodifusão será analisada e legislada.

Há, como se sabe, uma legislação caduca, oriunda da ditadura – seja o código ou a lei. Precisamos de uma lei definitiva sobre o assunto, que chega no momento de uma enorme crise da televisão brasileira. Essa crise vem do seu poder e da sua fraqueza. O seu poder é bastante caracterizado por um fato relevante: com o declínio da força da educação pública no País e da estrutura familiar como elementos da formação integral do homem, substituídos, por magia, pela televisão, que se acabou transformando num instrumento que transmite e impõe valores referentes ao patriotismo, ao espírito público, à solidariedade. São todos aqueles valores que, de uma certa forma, se fazem necessários a que o homem se torne um cidadão, um ser útil à sociedade. A televisão passou a ser o centro dos desejos de consumo do homem contemporâneo – em sua grande maioria inacessíveis.

A televisão no Brasil tem uma força avassaladora e maior em relação aos Estados Unidos e à Europa – onde há inúmeras alternativas à televisão, como instrumentos de conhecimento e de lazer. No Brasil, a televisão, até pela situação do povo brasileiro, transformou-se num elemento preponderante de freqüência de audiência popular. Acresça-se a isso o fato de que, no período entre 1996 e 1997, 20 milhões de aparelhos de televisão foram comprados pelas Classes C e D, havendo uma pressuposição dos produtores de televisão de que essas classes querem lixo. Então, lixo se produziu. E atingiu esse novo mercado que surgiu da compra em prestações baratas desses vinte milhões de aparelhos de televisão.

Daí surgiu um problema da maior gravidade: as televisões começaram a querer conquistar a audiência de uma forma arrebatadora, querendo todo mundo o tempo todo e ao mesmo tempo. E esse critério de conquista da audiência gerou o domingo, que é, digamos, a amostra e o escárnio da própria produção televisiva voltada para essa estratégia de conquista inexorável do mercado.

E essa televisão com uma audiência bem-sucedida aos domingos invadiu também as noites. E o que é pior: invadiu os programas jornalísticos, os quais se transformaram em espetáculo da destruição, ou em sentimentalismo superficial face a tragédia humana. E, ao invés de ser um instrumento de informação do nosso povo, virou um espetáculo oferecido à população.

Então, o **Jornal Nacional** perdeu a densidade informativa em razão da dramaticidade com que é proposto, porque é uma servidão de passagem entre a novela das 7h e a novela das 8h, que agora é novela das 9h. E essa servidão de passagem tem que ter todos os condimentos, em todos os telejornais, de fixação do público para os grandes programas populares da noite. Acresçam-se a isso o erotismo, a violência e todos os outros condimentos que fazem parte do processo de conquista da audiência.

Por fim, um processo que está no próprio formato da televisão na medida em que ela se submete ao mercado, que é o formato da fragmentação: dar tudo fragmentado e absolutamente em síncopes para que o público veja as coisas, mas não tenha tempo nenhum para reflexão sobre as coisas que está vendo.

Nesse contexto, que fala por si, as conseqüências quase todos conhecem - quem tem filhos, netos, ou alguma capacidade de observação está sentindo isso na televisão -: é a reação da sociedade, que, em um certo sentido, já se processa: há reclamações vindo de todas as camadas da sociedade. Contra isso, devia haver uma alternativa dentro da própria televisão.

Imaginamos que essa gente não está cumprindo a Constituição, que é bastante clara quando diz que o sistema de rádio e televisão deve dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; a promoção da cultura nacional e regional e estímulo à produção independente que objetive sua divulgação; a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei e o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Então, descumprindo-se isso, toda a violência, o erotismo, tudo isso que se pôs a serviço do mercado e a serviço dessa audiência que o mercado exige criou esse bloco televisivo da televisão aberta comercial.

Nos Estados Unidos aconteceu isso, mas a grande massa da população insatisfeita se transferiu para a audiência das televisões a cabo, as chamadas televisões pagas, que são, pelo menos, de segmentações verticais, em que o cidadão pode escolher alguma coisa alternativa à televisão aberta.

No Brasil, esse processo não se deu com relação às televisões a cabo, porque a população não tem poder aquisitivo para pagar R\$50 a mais por mês tendo, na televisão aberta, toda essa programação gratuita, sem precisar pagar esse dinheiro para ir às especiarias da televisão a cabo.

Vamos acrescentar – embora eu seja uma pessoa otimista, Senador – vamos acrescentar um pouco a tragédia à tragédia. Acrescente-se a isso o fato de que a globalização, de uma certa forma, escancarou as portas à recepção de tudo quanto é produto enlatado de má qualidade vindo do exterior e até um certo entusiasmo diante do “**made in** lá fora”. E isso acarretou conseqüências muito graves no sentido da perda da identidade da nossa programação.

E na nova lei proposta na **Internet**, que não sei se são “piratas” ou refletem realmente minutas da lei de comunicação de massa, reserva-se para a língua portuguesa uma quantidade excessiva de programas, em alguns instrumentos, de 15% de obrigatoriedade de ter programas em língua portuguesa, para se ter uma idéia.

Então, essa mentalidade da perda de identidade é um outro fator gravíssimo, quer dizer, estamos diante de um povo que está perdendo os critérios do gosto, do patriotismo, da solidariedade, do espírito cívico, tudo isso, e, além do mais, está perdendo o sentido da nacionalidade, o sentido da sua identidade. E isso é o caminho definitivo para se perder o que é fundamental em qualquer nação, que é a auto-estima do cidadão.

A televisão educativa, cultural, que hoje chamamos de pública, constitui-se em uma alternativa a esses problemas revelados. E essa alternativa é profunda, porque pretende, de uma certa forma, desmistificar diversas coisas. Primeiro, o próprio critério da audiência; para nós, não é aquela multidão amorfa, popularizada, em que temos que dar para todos tudo ao mesmo tempo. Pretendemos fazer uma audiência segmentada, em que o programa é destinado, conforme o horário, conforme o público a que se dirige, a um determinado segmento da sociedade - e aí temos que dar o melhor produto para isso. E mesmo que se tenha uma audiência menor, tem-se um universo de audiência muito grande.

Segundo, não aceitamos a idéia da fragmentação. O ritmo da televisão comercial é o ritmo do mercado; o ritmo da televisão pública é o ritmo da reflexão. É preciso dar informações, laser, entretenimento, e tudo o que se dê na televisão tem que ser dado em um tempo, ou em um **time**, como se diz em inglês – nessa nossa mania de absorver palavras em inglês. É preciso criar um **time** de reflexão, porque, se não se der isso, não adianta nada passar o produto, se a pessoa não tem um mínimo de reflexão sobre aquilo que está vendo.

Depois, atravessamos uma evolução muito clara: a televisão começou educativa, há 30 anos, que era para transmitir programas, aulas, tudo isso, na ilusão da educação a distância pela televisão, acreditando que isso resolvia, que era uma panacéia que resolvia todos os problemas do analfabetismo do País etc.. Pois hoje isso evoluiu no tempo para uma televisão cultural, que dava conhecimento através do entretenimento. Com isso, criaram-se os grandes programas infantis e grandes programas dentro das TVs educativas, em que o entretenimento era um grande gancho para passar o conhecimento. Para se ter uma idéia, atrás do programa **Castelo Rá-Tim-Bum**, havia 200 professores, didatas, geógrafos, redatores, para que cada resposta, cada coisa que um bonequinho fale, Senador, seja de uma propriedade absoluta, porque aquilo é uma lição. Não importa se na boca do Cocoricó, na boca do Nino ou de qualquer personagem, aquilo tem que ter, digamos, com graça, densidade, para se transmitirem conhecimentos corretos. Então, é possível se fazer isso.

Depois, se introduziu na televisão educativa a questão da cultura, de transmitirmos e divulgarmos produtos culturais não consagrados no mercado comercial da arte, porque as televisões abertas e os instrumentos de publicidade já alimentavam o mercado sobejamente com os consagrados. E os grandes valores que não estão consagrados só tinham o reduto da TV educativa cultural, da TV pública, para serem divulgados.

Finalmente, chegamos à receita da informação. A informação na TV pública tem de ser analítica, temática, com tempo de reflexão bastante claro, em que haja uma independência diante da pauta. A pauta da televisão comercial hoje – não sei se vocês reparam, os jornais das seis, das sete, das dez, são todos iguais. Dá a impressão de que estamos vendo uma reprise do jornal com algumas nuances mais ou menos

destrutivas; são muito semelhantes. Na televisão pública, pretendemos buscar uma pauta não forjada nos interesses econômicos, ideológicos, políticos, mas baseada nos interesses da sociedade, o que é fundamental.

Portanto, o nosso jornalismo pretende ser diferenciado. E, para sê-lo, fizemos seis meses de seminários para exorcizar o próprio modelo que seguíamos, que também era o da **Globo**. Agora estamos fazendo laboratórios para ver qual o formato que possibilita esse jornalismo. Com isso, chegamos aos nossos conteúdos. Por que isso em rede nacional, que é o tema fundamental aqui? Primeiro, porque no Brasil havia duas redes: a **TVE**, com algumas emissoras que faziam a retransmissão de sua programação, e a **Rede Cultura**, com outras emissoras responsáveis por sua retransmissão. Todas elas com uma programação própria muito precária, tendo em vista as dificuldades tecnológicas e de recursos e até o formato jurídico da própria emissora, em cujos Estados, muitas vezes, os Governadores ou os gestores não tinham interesse em fazer dessas redes grandes televisões para deixar o pasto ou o mercado inteiramente livre para as emissoras comerciais. Então, tivemos uma fragilidade muito grande no próprio sistema. O Governo Federal, durante anos, perseguiu a idéia de unificar essas redes no que chamava de Sinrede - Sistema Nacional de Rádio e Televisão Educativa - que, porém, pecava de um vício de origem: ia ser um bólido de cima para baixo e praticamente era um contrato de submissão das televisões a um sistema que, em última análise, era gerado pelo próprio Estado. E nós não queremos ser estatais, mas públicos. Então, o que aconteceu? A **Rede Cultura**, a **Rede Brasil** - como era chamada a **TVE** - e todas as vinte geradoras e seis transmissoras que representavam um mercado de 900 retransmissoras de televisão no Brasil constituímos a Associação Brasileira de Emissoras Públicas de Televisão, o contraponto da Abert - Associação das Emissoras Comerciais de Televisão. E foi-se implantando a idéia difícil. Vocês não têm idéia da dificuldade do que foi feito. Por quê? Há televisões que são dos Estados, que têm Governadores do PT, do PFL, e televisões que pertencem a fundações, televisões que pertencem a universidades, todas elas com mantenedores, caciques com interesses políticos completamente diversos. E conseguiu-se a mágica na ABEPEC, de se fixar a medula dorsal da televisão pública: os seus objetivos, os seus propósitos e a sua sistemática.

Na medida em que todo mundo aceitou esses conteúdos e essa linha de programação, que envolvia inclusive a tentativa de colocação no ar de uma programação em **real time** de todas essas emissoras, quer dizer, tanto a TVE como a TV Cultura, quanto essas demais emissoras, conseguiu-se o milagre de um processo, que não está acabado, mas está bem começado. Primeiro, todas estão dentro da ABEPEC, todas aceitam princípios fundamentais, os quais constam aqui em carta enviada ao Ministro Pimenta da Veiga, como subsídio à Lei de Comunicação de Massa, em que partimos da idéia fundamental de que é preciso definir os conteúdos da televisão pública para que ela tenha essa espinha dorsal. Segundo, os processos de sobrevivência dela, que sabemos, hoje, são diversos, com verbas públicas nos Estados ou verbas de universidades públicas - que também são públicas - e a abertura que pedimos para que cheguemos a um percentual modesto, mas necessário, de possibilidade de publicidade institucional, a fim de que tenhamos uma fonte de recurso dentro da sociedade. Considerando que o mercado publicitário no Brasil tem um volume de US\$4 bilhões, e o Governo costuma distribuir também, na sua publicidade oficial, um mínimo de US\$450 milhões, o que a TV pública quer disso é um quinhão ínfimo. Mas para quem está habituado a trabalhar com recursos modestos ajudam muito os orçamentos públicos, que não excedem, em hipótese nenhuma, percentuais muito modestos desse mercado. E não podemos cair no erro dos outros, que é disputar esse mercado, numa luta feroz, baixando a qualidade para conquistar audiência. Temos que oferecer qualidade como um princípio fundamental. Então, conseguiu-se recentemente - e isso se consumou no encontro que tivemos no Rio Grande do Sul, a partir do dia 27 de setembro - o primeiro milagre: seis horas de programação comum, à qual denominamos Rede Pública de Televisão Educativa e Cultural, envolvendo programas jornalísticos, programas infantis e, pela primeira vez, abrindo grandes janelas para programações geradas nos Estados, desde que o Estado tenha condições de geração de um programa de qualidade que possa ter uma dimensão nacional. Isso é o começo de um grande processo, mas já não é pouco se conseguir a maior geografia televisiva do Brasil. Não é a maior audiência, mas, sim, a maior geografia, porque a TV pública se interessa por Municípios que não têm nenhuma densidade econômica, mas onde tem gente, onde está a vida. Então, temos uma diferença das redes comerciais, que necessariamente têm que estar implantadas em geografias de retorno mercadológico, e temos que estar implantados em geografias de retorno social.

Enfim, conseguimos essa RPTV. Isso é fundamental, porque, com a programação educativa, cultural, informativa e infantil, nos termos em que nos propomos, acho que conseguimos criar gratuitamente, porque a televisão é aberta, uma alternativa para o povo brasileiro escapar daquela barbárie.

Para terminar, pelo menos até que V. Ex.^{as} procurem mais informações, e o Mauro dará um outro aspecto dessa coisa, eu queria fazer uma consideração de caráter analógico. Quando o Império Romano ruiu,

a crença é de que ele ruíu pela força irresistível dos bárbaros que cercavam as geografias do império. Eu estou absolutamente convencido de que o Império Romano ruíu pela fragilidade e decadência das suas forças internas, cujo exemplo é o seguinte: o Império Romano tinha o maior sistema de educação pública da antiguidade. E na Grécia era muito de elite, em Roma não. Todo cidadão romano filho de cidadão romano tinha direito à educação pública regular. É um negócio fantástico imaginar que havia isso. Pois bem, no final, nos anos 400 essas escolas estavam sendo fechadas.

Dois: no tempo de Augusto, havia três bibliotecas públicas relevantes, com todo o conhecimento da antiguidade. No século III d.C., ainda, havia vinte e seis bibliotecas de importância fundamental para o conhecimento humano. Já no século da decadência, um cronista dizia: “As vinte e seis bibliotecas parecem túmulos, onde os livros solitários deterioram-se”, isto dito num bom latim. Mais: nessa época, então, o Governo arranhou uma solução que arranja sempre, quando começa a decair a educação; taxou tributos terríveis em cima do cidadão romano. Já lá eles taxavam os conquistados, os judeus, e tal, aí começaram a taxar o próprio cidadão romano, aquela grande classe média da cidadania...

O SR. PEDRO SIMON - Então não estamos fazendo novidade nenhuma hoje...

O SR. MAGUITO VILELA - Estou falando de Roma, não faço nenhuma analogia, nenhuma comparação específica.

Então, foi muito fácil que o simpático Alarico, às portas de Roma, tenha chegado lá para dizer: “Entreguem-me a chave da casa”. E o imperador, que ainda pensava que era imperador de uma nação, começou a falar grosso: “Aqui ninguém manda, aqui ninguém faz nada”. E Alarico virou para o general que foi seu embaixador, interlocutor, e falou: “É, nós sabemos lá nos lugares onde a gente vive, que, quanto mais grossa é a grama, mais fácil de cortar. Diga isso a seu imperador”. Então, o imperador viu que era gente séria, porque fazia frases – os romanos adoravam frases, quem faz frase é importante –, então voltou, lá perguntaram o que Alarico queria, e Alarico falou: “Eu quero que os meus soldados entrem na cidade, peguem todo o ouro, toda a prata, todas as riquezas que quiserem e que todos os bárbaros que estejam escravizados sejam libertados”. O imperador romano falou: “Tudo bem, mas o que nós vamos receber em troca?” Alarico falou: “As suas vidas”. A única coisa que tinha restado do Império Romano era a vida deles em troca de tudo, das riquezas, dos escravos, não sei se das mulheres.

Então, nós estamos numa situação, no Brasil e no mundo contemporâneo, em função de diversos fatores da miséria do mundo, da ignorância do mundo, da globalização, da perda das identidades, da perda do sentimento de patriotismo, do sentimento de bom gosto, do sentimento de vizinhança, coisas mais primárias da educação do homem, nós estamos nessa deterioração interna. E a televisão é uma das causas fundamentais disso. A TV pública é um antídoto contra isso, e a rede é um antídoto em nível nacional.

Nós só temos medo de que a força do que estamos inventando vá ter uma reação muito violenta. Na imprensa, já tenho tido, não faço outra coisa a não ser mandar captar respostas aos detratores, nos jornais. Mas, felizmente, ainda me dão espaço para responder. E eu tenho a impressão de que é da maior urgência, da maior gravidade, as coisas que estamos tratando nesta Comissão. É o destino, a auto-estima desta País. A cara e o caráter do homem brasileiro dependem muito disso.

Portanto creio que seja da maior importância. Sinto-me extremamente gratificado de poder vir falar nesta Comissão e trazer a esta Comissão esta palavra de esperança. Mas isso tudo vai depender muito da lei de comunicação eletrônica de massa. Não vou usar o meu tempo, mas vou deixar um documento, aqui, de análise que fiz sobre as duas versões que saíram na **Internet**, ou como balões de ensaio, mas ditas como hipóteses alternativas. Saiu uma e, depois, saiu a segunda.

Elas primam pela falta de metodologia jurídica, primam pela falta de conteúdo, não há o menor conteúdo definindo coisa alguma e, quando define, define as mesmas coisas, com sistemáticas diversas. Abrem, escancaram vergonhosamente as portas da televisão a cabo, dizendo que a televisão a cabo não se deve submeter ao sistema televisivo, mas ao sistema do negócio, e aquilo é apenas um negócio, e, como negócio, deve ser tratado, Senador. Não tem obrigação nem de passar 15% de língua portuguesa falada nessas televisões. É uma coisa absolutamente fantástica.

Então, e é a minha última palavra, vou deixar esta avaliação que nós fizemos, assim primária, de uma lei que não é oficial, mas dessas minutadas, porque nós não podemos consentir com que essa lei avance nos termos em que ela está proposta, nesses dois **internets**.

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Agradeço a manifestação do Dr. Jorge da Cunha Lima, Presidente da **TV Cultura** em São Paulo, e agora vamos ouvir o Dr. Mauro Garcia, Presidente da importante **TVE** do Rio de Janeiro.

O SR. MAURO GARCIA - Obrigado, Senador. Obrigado pelo convite, para que nós possamos falar um pouco desse, como o Jorge falou, desse projeto que está bem começado, mas ainda sequer se imagina acabado.

Eu queria, primeiro, antes de entrar na questão, que foi por onde o Jorge encerrou, a questão do financiamento dessas emissoras, complementar alguns pontos que o Jorge tocou.

Quando a gente começou a construir esse projeto da rede pública - na verdade, é um somatório das TVs públicas, as chamadas educativas no país inteiro - levamos um bom tempo até construir esse modelo atual, como o Jorge falou, porque, antes, nós nos perdíamos de quem perdia detinha o controle. Esse é sempre um problema, que é essa necessidade de se definir quem tinha o controle da rede. E nós tínhamos duas redes, já experientes, duas redes bastante fortes, que são a da **TVE** e da **TV Cultura**. E, nesse momento, não cabia um controle. Quer dizer, nós definirmos como eixo para essa formação da rede pública, da forma como está proposta agora, e que esse eixo seja a programação, e não quem detém o controle do satélite. Então a programação é quem define, quem comanda a rede num determinado momento.

E o exemplo disso, até para ilustrar, é o seguinte: a discussão que nós tivemos em Porto Alegre foi exatamente em cima de que, neste momento, as produções do eixo Rio-São Paulo ocupavam maior espaço, as produções regionais ainda não tinham o tamanho desejado. Mas só que a gente tem um exemplo agora, que vai ocorrer no domingo, por exemplo, a transmissão do Círio de Nazaré, em Belém, que será feita pela rede pública e, nesse momento, a **TV Cultura** do Pará será a geradora.

O eixo, para nós, não é o ponto definitivo, não é a partir de uma geradora preestabelecida. O eixo é onde estiver o interesse da rede pública naquele momento. Um dia pode ser no Rio Grande do Sul, como o foi no Festival de Gramado, quer dizer, o eixo dessa rede que estamos propondo é o de onde estiverem os acontecimentos culturais do País. Essa é a rede que estamos propondo.

Isso me faz lembrar, e tenho alguns dados de comparação com outras emissoras, que há modelos, no mundo inteiro, de televisões públicas. A rede que estamos propondo é uma em que as emissoras regionais estejam fortalecidas, um pouco parecida, talvez, com a RD da Alemanha, em que a programação de rede é definida a partir das produções regionais. Neste momento, estamos longe disso, mas esse é o ideal que perseguimos, ou seja, que as emissoras regionais estejam fortalecidas, tenham a sua atualização tecnológica e a sua capacitação profissional para construir uma programação de rede pública onde se contemple de verdade a pluralidade do País. Esse é o modelo de TV pública que imaginamos.

Um outro aspecto que é importante é que todas essas televisões, de alguma forma, por meio das TVs a cabo, chegam até nós. Os modelos de televisão pública, sobretudo os da Europa, chegam para nós pela transmissão a cabo e o Brasil, até o momento, está engatinhando na construção de uma rede pública que sequer fala, ainda, para o seu próprio País, quanto mais para o exterior. Que imagem brasileira, que brasilidade vamos querer levar num outro momento? Isso passa primeiro, obviamente, pela construção dentro do próprio País, até pensarmos em uma imagem do País para o exterior.

Outro dado importante é o de que a televisão, no Brasil, assim como no modelo americano, nasceu comercial. Nos anos 50, com Chateaubriand, ela nasceu comercial. A televisão pública tem somente trinta anos. Na Europa, por exemplo, a televisão nasceu pública. O fenômeno da televisão comercial é muito recente. As televisões públicas, na Europa, detêm a maior audiência, a maior fatia do mercado publicitário, formas de financiamento muito claras, enquanto nós, que tínhamos o conceito de público atrelado ao de estatal, ainda estamos engatinhando e sofremos, até mesmo para fazer uma rede pública importante, com uma produção audiovisual brasileira de competência, porque os recursos estão cada vez mais escassos.

Temos o dilema, e o paradigma, para nós, no Brasil, não é muito simples, porque é o da TV comercial, que aprendeu a se relacionar com o mercado e a ditar as regras. Estamos na contramão disso porque propomos qualidade, ao invés de ritmo de mercado. Estabelecemos, inclusive, princípios éticos não só para a qualidade e o conteúdo da programação, mas para nossa relação com o mercado. Então, estamos na contramão do que o mercado pratica há cinquenta anos. Assim, estamos reaprendendo e reorganizamos essa própria relação com o mercado, que não é simples, é de aprendizado, mas, no momento, cabia às televisões públicas dar a sua contribuição até nos limites éticos entre as televisões e o mercado. Esta era a complementação que queria fazer à exposição do Jorge.

Um outro ponto, no sentido de que tenhamos uma rede pública forte, com emissoras regionais fortes, é a questão do financiamento. O Decreto nº 236, de 1967, que complementou e modificou o Código Brasileiro de Telecomunicações de 62, tratava as televisões educativas, no que diz respeito à programação, como uma transmissora de aulas, conferências, palestras e debates. E, a essa televisão que esse código conceituava dessa forma, eles não estabeleciam, também, qualquer possibilidade de comercialização, seja sob a forma de patrocínio ou, sequer, sob doação.

Fazemos alguns comentários aqui. Vou tentar ser breve. Dizemos o seguinte: essa televisão não foi expressão desse conceito nem quando nasceu. As televisões educativas que conhecemos nunca foram transmissões de conferência, palestras ou debates. Elas sempre foram televisões que se preocuparam em fazer programas educativos, sim, mas programas culturais que tentavam resgatar e retratar a cultura brasileira, dar uma informação analítica, e nunca cumpriram de verdade aquele conceito que estava estabelecido.

No que diz respeito à impossibilidade de receita, essa sim, essa sempre valeu para nós. As televisões educativas, dependendo da sua mantenedora, sob a forma de fundação ou ligada diretamente às universidades ou aos governos estaduais, elas sempre viveram dos recursos estatais. E aí, de acordo com os interesses ou de acordo com as disponibilidades de recursos, essas televisões foram mais ou menos equipadas, algumas em alguns momentos até sucateadas, e aí tivemos, realmente, uma deterioração desse processo e das educativas durante um longo tempo. De um tempo para cá, menos de dez anos, tivemos alguns sinais de esperança com a retomada, algum conhecimento dos governos estaduais de colocarem recursos, de transformarem, de equiparem suas televisões. Mas isso é um fenômeno um pouco recente.

Passamos também por uma fase em que as televisões estavam mal dotadas de equipamentos e de profissionais. Depois desse decreto, só apareceu alguma coisa que tratava, ainda que levemente, da questão da possibilidade de captação de recursos na Lei Sarney, que não cita diretamente as televisões e as rádios, mas permite a busca de captação de recursos para projetos culturais. Depois, a Lei Rouanet, aí, sim, já cita as televisões de caráter não-comercial, passíveis de receberem incentivos sob a forma de patrocínios e doações. Aí as televisões não-comerciais, nosso caso, já são citadas. Essas leis não revogaram o decreto, mas trazem uma nova informação, um novo patamar para essas possibilidades. De lá para cá, a única novidade mais recente sobre essa captação de recursos é a criação das organizações sociais, um modelo novo dentro da reforma do aparelho do Estado. Essa lei é de 15 de maio de 1998, trata das organizações sociais e inclui a **TVE** como uma das primeiras instituições qualificadas como tal. Num de seus artigos, ela cita, claramente, para as organizações sociais que trabalham no âmbito da radiodifusão, a possibilidade de receber recursos e veicular publicidade institucional de entidade de direito público ou privado a título de apoio cultural, admitindo-se o patrocínio de programas, eventos e projetos. É a primeira vez que uma lei específica que diga respeito à radiodifusão cita claramente a possibilidade de obtenção de recursos e da veiculação de publicidade institucional.

Agora, nesse anteprojeto que o Jorge citou, esse anteprojeto da lei de comunicação eletrônica de massa que circulou, aparecemos, de novo, com uma citação clara. Primeiro, com uma definição de três categorias de televisão. No caso que nos atinge — que é o caso da definição até não como pública, que era o que gostaríamos, mas como tevês educativas —, aparece a permissão, pelo menos nesse anteprojeto, a permissão para veiculação de publicidade, mas limitando, dentro do entendimento do anteprojeto, limitando essa veiculação de comerciais aos interprogramas, ou seja, aqueles intervalos entre programas e não dentro dos programas. Acho que o anteprojeto não entra no mérito, na verdade da questão, que é a questão...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Não entendi.

O SR. MAURO GARCIA - O anteprojeto diz que a publicidade está permitindo assim para as tevês educativas, mas nos intervalos entre os programas, e não dentro dos programas, os chamados **breaks**.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - O programa pode ter intervalo?

O SR. MAURO GARCIA - Pode ter intervalo, mas não com publicidade.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Só quando termina o programa?

O SR. MAURO GARCIA - Isso é o que o anteprojeto prevê. Mas creio que dessa forma como está colocado não trata da verdadeira questão que não diz respeito ao formato, se é dentro ou fora do programa. O que estamos propondo é que haja um quantitativo, da forma como está previsto inclusive para os comerciais de anteprojeto, de que elas podem veicular até 25% da publicidade do seu todo de programação. Para nós talvez seja mais adequado estabelecer também um teto, um percentual, e não regular se é dentro ou fora do programa. Porque diz que autoriza entre os programas, mas não diz quanto.

Obviamente não iríamos propor nenhum absurdo de veicular a propaganda num limite contrário ao interesse do espectador. Mas acredito que a matéria deve tratar exatamente, temos proposta sobre isso, do quantitativo, quer dizer, aquilo que é cabível numa emissora educativa, numa emissora pública, aquilo que diz respeito à publicidade. Sem perder de vista que a publicidade é uma outra forma de financiamento, é uma outra forma de obter recursos para essas televisões. Trouxe alguns outros exemplos, há exemplos do mundo inteiro, mas um exemplo que me chama atenção e que nos parece exagerado é o exemplo dos canais públicos da França, a TF1 e TF2, por exemplo, em que se admite até doze minutos por hora de publicidade. Doze minutos são exatamente o que as emissoras comerciais no Brasil têm. As emissoras comerciais hoje no

Brasil têm 25% da sua totalidade e um quarto de cada hora dedicada a comercialização. Esse número por exemplo da França é um número exagerado. Não é o que imaginamos propor para nós, até porque, como o Jorge mesmo falou, temos uma programação em que o nosso tempo é um tempo de reflexão, não é um tempo de programação submetido às regras de mercado.

Então temos que chegar àquele percentual que a gente acha razoável para nós sem perder o ponto de vista de que é uma necessidade de busca mesmo de financiamento, como existe no mundo inteiro. O que parece para nós, às vezes Senador, é que no Brasil acaba sempre num modelo buscando o eufemismo. Algumas situações meio envergonhadas nas televisões públicas do mundo inteiro. No caso da Alemanha é até um pouco diferente, porque há horários para publicidade. Há horários em que não há nenhuma publicidade e há horários em que há publicidade mesmo. Mas a publicidade lá não está sequer limitada a publicidade institucional não, como na França, publicidade é publicidade. Não há escamoteamento. Publicidade é publicidade. Limita-se ou no quantitativo ou nos horários. Aqui o que vemos é que a limitação primeiro publicidade institucional, depois fica só entre, parece que se quer esconder, quer dizer, que há entre os programas e não dentro dos programas, ou não se trata da matéria certa que seria tratar do quantitativo que cabe a uma televisão pública de ter a sua publicidade como forma de financiamento também.

Estamos ainda nesse momento da lei, buscando uma forma, temos outras e somos ótimos prestadores de serviço na área de educação, temos algumas fontes de receita que são pequenas não são suficientes para alavancar uma rede pública como estamos propondo. O licenciamento de programas também é uma outra fonte de receita, como qualquer outra televisão pública no mundo, mas que também não é uma fonte ainda substancial para fazer essa rede pública que propomos, inclusive fortalecendo as redes públicas regionais, para que elas tenham atualização tecnológica, capacitação profissional, para que elas tenham os seus formatos adequados ao mercado distribuidor, para que possamos inclusive termos produtos não só no Brasil, mas também levar a imagem, o audiovisual brasileiro para o exterior. Essa é a questão no momento. Na verdade eu e o Jorge começamos a discutir, é importante um outro dado, no caso dos Estados Unidos, da PBS, da BBC na Alemanha, há uma contribuição forte, uma forte fonte de financiamento que advém da contribuição do cidadão. Acho difícil nesse momento do País, imaginarmos, até porque esse conceito do público ainda não é totalmente dominado que possamos imaginar que o contribuinte financiaria as suas próprias televisões públicas. Ainda não estamos prontos para isso, infelizmente. Nos outros países - citei o caso dos Estados Unidos e da Inglaterra -, esse orçamento vem diretamente do contribuinte, da taxação dos aparelhos de TV, e não necessariamente da dotação orçamentária dos governos. A publicidade é uma fonte alternativa de recursos, sim. O licenciamento de produtos é uma outra fonte, mas, para isso, as televisões têm que estar fortes para poderem competir com seus produtos, inclusive no mercado internacional.

Começamos a pensar em mecanismo semelhante ao do Fundo Nacional da Cultura, mantido com dotações das loterias - alguma coisa não no sentido da manutenção do custeio dessa rede pública, mas no sentido da produção de audiovisual, com geração de empregos, de imagem do Brasil e do exterior; algo que pudesse ser também uma fonte de financiamento para a produção, e não para o custeio das televisões.

Neste momento em que a televisão de canal aberto tem a sua qualidade deteriorada e que as TVs públicas colocam-se como alternativa, vemos o momento oportuno para essa discussão, inclusive a dos seus financiamentos.

Essa é a contribuição que eu queria trazer.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Queria apenas complementar o que foi dito, chamando a atenção para algo que também é importante como método. A constituição da rede pública de televisão, que foi feita para seis horas, estabelece um princípio de redistribuição de todos os recursos. Por exemplo, a televisão de Pernambuco está passando aquele **break** com a publicidade institucional, então, se o Governo nos der uma publicidade institucional da Caixa Econômica ou de saúde, essa verba é repassada na proporção da dimensão de cada televisão retransmissora, para fortalecer um pouco a precariedade financeira da televisão da base.

O SR. MAURO GARCIA - Perfeito. É essa a idéia da rede de emissoras regionais fortes, que foi do que tratamos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Quero agradecer, também, a análise feita pelo Dr. Mauro. Antes dos demais Senadores, gostaria de fazer algumas perguntas.

V. Ex^a disse, Dr. Jorge, que o Governo gasta R\$400 milhões com publicidade em televisão?

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - O Governo Federal ou todos?

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - O Governo Federal, além do que gastam os estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - O Governo Federal gasta R\$400 milhões em propaganda institucional na televisão?

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - O que são esses R\$400 milhões na arrecadação das televisões?

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - O que são em que sentido?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Nas televisões, o Governo gasta R\$400 milhões em propaganda. Qual é o orçamento total, para eu saber o significado desse valor, e qual é o percentual dele na arrecadação das televisões?

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Para V. Ex^a ter uma idéia de como funciona esse mecanismo: as verbas privadas, como eu disse, são da ordem de R\$4 bilhões, o que é um número muito elevado.

O SR. AGNELO ALVES - Só para televisão?

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Só para televisão, porque a verba para publicidade, em geral, vai acima de R\$6 bilhões. É um mercado poderoso.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Então, são R\$4 bilhões e 10% é do Governo?

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Não. R\$4 bilhões só em comercial e o Governo gasta mais ou menos R\$450 milhões ao ano.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - É o que digo: R\$450 milhões são 10% de R\$4 bilhões.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Sim, são 10%. Agora, o Governo gasta isso por meio do conjunto das empresas estatais que fazem publicidade, como a Petrobrás, que, inclusive, têm obrigação de promover concorrência pública. E ainda gasta - e eu não sei quanto - em publicidade da administração direta, quando faz campanhas institucionais.

Agora, pasmem os senhores; das verbas privadas, sabem quanto vem para as TVs públicas? Zero a esquerda. Havia uma interdição na lei de 67 até de recebermos doações, porque isso foi feito na ditadura para que não houvesse possibilidade de crescimento da TV pública em face da emergente ou glorificante TV comercial, que estava em franca expansão. Então, não havia possibilidade de não recebermos doação na lei de 67 e no Código de 62. Então, o mais absurdo é que das verbas públicas - considere que as TVs públicas são as mais adequadas para a difusão da eventual necessidade de publicidade do Governo, seja publicidade institucional etc - não vinha quase nada.

O que nós estamos hoje reclamando? É uma pequena participação daquele bolo da verba comercial, sob a forma institucional em um percentual pequeno da programação. Para não tirar o ritmo da programação, nós queremos no máximo seis minutos por hora, quando as televisões colocam 18 a 20 minutos, e agora vão poder colocar mais se essa nova lei saísse.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Hoje são 18 e o projeto...

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Dezoito é o hábito das televisões e tal. Mas o projeto ainda abre mais. A televisão comercial agora vai poder abrir porque o projeto...

O SR. AGNELO ALVES - Fala 18 minutos por dia.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Não por hora. E o nosso é 6. Isso tudo tem uma técnica.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Mas o projeto fala em quanto?

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - O projeto fala em 1,25% que por um cálculo que nós fizemos vai dar mais que 18 minutos por hora.

Agora, nós sabemos claramente que todo problema está em manter na televisão o ritmo de televisão de reflexão. Então, você não pode fragmentar. Você assiste um filme de arte, por exemplo, na **GLOBO** e você não pode fazer a menor reflexão sobre o filme porque ele tem tanta publicidade que acaba.

Então, o que nós queremos é fazer uma participação...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Aí como redator desse projeto pensou, ou seja, a favor de vocês.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Não aí nessa coisa do filme estaria correto. O único problema é que o redator ele não conceitua as televisões, o que é televisão pública, tudo isso. Ele vai dando normas assim, não faz 20 minutos. E você não tem um esqueleto de legislação, você não tem uma estrutura jurídica. Eu até tomei a liberdade de oferecer aos Senadores uma primeira impressão sobre as minutas aparecidas na Internet, que é absolutamente inacreditável.

E agora nós fizemos, ao mesmo tempo, uma proposta como nós achamos que isso deve funcionar para o Ministro Pimenta da Veiga, que também eu pedi que fizesse uma cópia dessa carta

que nós mandamos ao Ministro para que tudo fique público. Entende. O que as TVs públicas querem, fica público, documentado e é um pensamento. Agora, isso não é o meu pensamento, é o pensamento de 20 emissoras de televisão do País, educativas, em Estados onde têm governadores do PT, do PFL, do PSDB. Conseguimos unir essas televisões independentes das origens políticas de todas essas instituições ou as ligações.

O SR. AGNELO ALVES - Sr. Presidente, permite.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Claro.

O SR. AGNELO ALVES - Eu sou da televisão, que é uma instituição privada, então eu vejo com certa cautela, mas não com má vontade. Quando o senhor fala em

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - V. Ex^a é um Senador que nos honra e que também está na televisão privada.

O SR. AGNELO ALVES - Sim. Perfeito.

Quando V. S^a se refere a verbas de publicidade, televisão pública, Governo, temos que analisar também que a iniciativa privada investiu, e quem investe na televisão pública é o Governo. Então, o Governo já se faz presente na televisão pública. Sem o investimento do Governo, não haveria televisão pública. Isso é ponto pacífico.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - V. Ex^a tem toda razão em dizer que houve um investimento inicial na televisão privada. A televisão no Brasil surgiu por meio da iniciativa privada. As primeiras televisões brasileiras foram comerciais, ao contrário da Europa, onde a televisão nasceu pública e depois foi privatizada.

O SR. AGNELO ALVES - Conheço o sistema alemão, que foi por intermédio de fundação.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - O investimento básico nas televisões é um investimento inicial e permanente. O investimento fundamental é na programação e 80% dos gastos são com pessoal.

Contrapós – o Senador não estava aqui – o conteúdo das televisões privadas do Brasil e as dificuldades que elas estão atravessando para manter a qualidade, porque a guerra pela audiência tornou-se feroz – permito-me repetir – com a compra de 20 milhões de aparelhos de televisão pelas classes “c” e “d”, de 1996 para cá, em baixas prestações. Todos sabem que a luta pela audiência produziu os programas de domingos, que têm baixo nível de qualidade.

Como nosso objetivo não é alcançar audiência universal, ou seja, atingir todo mundo, o tempo todo, ao mesmo tempo, mas sim produzir com qualidade, nossa programação é cara. E os Estados não têm recurso suficiente para suportar essa programação alternativa que a TV pública tem obrigação de dar ao povo brasileiro.

O SR. AGNELO ALVES - O Estado deveria investir na qualidade, porque não se faz publicidade em veículo de baixa audiência. O preço da publicidade varia de programação para programação, não há preço fixo. O “Fantástico” e o “Ratinho”, por exemplo, cobram valores distintos pela publicidade durante o programa, pois depende do nível de audiência. As empresas de pesquisa mantêm nas diretorias de cada rede de televisão um aparelho que indica o índice de audiência minuto a minuto. Inclusive, poderíamos ter aqui esse aparelho, se o pedíssemos ao IBOPE, por exemplo, que presta melhor qualidade de serviço nessa área. Quando o Boris Casoy, por exemplo, apresenta seu telejornal, a audiência aumenta; quando ele está fazendo uma entrevista com alguém que não é popular, a audiência cai; quando o assunto é muito importante, a audiência sobe; quando o assunto não tem importância, a audiência cai.

As emissoras já começam a se especializar em um tipo de noticiário. O programa pode ter baixa qualidade, mas atinge um determinado público. Hoje, tudo é muito especializado, não há mais audiência de favor, publicidade que não chega mais porque “fulano telefona, sicrano vai lá buscar”. Não! Tem de se provar ao anunciante que tem audiência e influência. Afora isso, não há como convencer.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Senador, V. Ex^a, como homem de televisão privada, está completamente a par da situação. Em geral, para quem não sabe, isso é o chamado custo por mil. A publicidade se baseia no custo por mil. Ela dá publicidade onde há retorno.

O SR. AGNELO ALVES - É o custo econômico. Não vai investir para ter prejuízo, só para ser gracioso.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Esse retorno tem duas dimensões. Uma é o retorno quantitativo. Há a audiência mensurada. Evidentemente, o **Fantástico** terá um tipo de custo como a publicidade da TV pública terá um custo proporcional a sua baixa audiência. Não queremos nem um tostão além do que valem.

Temos algo muito interessante: o universo de audiência, uma novidade que estamos implantando e sobre a qual propomos uma reflexão. Quando se faz um **Roda Viva**, tem-se uma audiência pequena de quatro pontos.

O SR. AGNELO ALVES - Mas é qualificada.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Mas é uma audiência que tem todas as lideranças políticas, econômicas, intelectuais.

O SR. AGNELO ALVES - O nível de audiência também é medido.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Por isso dissemos que daqueles 4 bilhões privados e daqueles 450 milhões públicos queremos um percentual adequado a nossa dimensão.

Temos certeza de que uma campanha de vacinação na **TV Cultura**, na **TVE** ou na rede pública tem uma repercussão muito adequada, porque tem o público específico para a divulgação dessa campanha.

O SR. AGNELO ALVES - Geralmente, essas campanhas têm uma bonificação na televisão privada, quase de graça.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Às vezes tem, às vezes não. Estou falando das pagas. As de graça nós fazemos. Temos de ter o direito, pelo menos, ao percentual do que nós valemos no mercado.

O SR. AGNELO ALVES - Se fôssemos classificar pelo valor, a televisão pública deveria ter um investimento maciço em publicidade. A televisão de São Paulo, por exemplo, a **TV Cultura** é de excelente nível. Mas há outras que, por dificuldades financeiras, locais, não acompanham o mesmo nível. Esse é um assunto muito delicado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - O assunto fundamental que eles estão apresentando é que as televisões públicas brasileiras estão iniciando uma chamada rede pública de televisão, que terá seis horas de audiência diária de todas as televisões brasileiras. Essa é a tese fundamental da exposição feita aqui.

Assim, dentro desse contexto, analisando a nova lei que vem aí, é que **en passant** isso foi colocado, porque não é o assunto, não é o tema, para dar uma demonstração de que para essa Rede Pública de Televisão ter condições de se expor terá que ter a perspectiva de que tem uma fatiazinha mínima que seja dessa verba que é gasta em publicidade.

O SR. AGNELO ALVES - Veja, Sr. Presidente, a **TV Senado** tem um público razoável e não tem publicidade. Tem uma excelente audiência...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Tem audiência?

O SR. AGNELO ALVES - Tem e muito boa.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Se não tem audiência, tem repercussão.

O SR. ROMEU TUMA - Tanto tem que V. Ex^a vai ser Presidente da República.

O SR. AGNELO ALVES - Indago a V. Ex^a, daqui até lá, quantos Ministros V. Ex^a ainda vai derrubar.

O SR. MAURO GARCIA - Se V. Ex^a me permitir, Sr. Presidente, quero apenas complementar o que estava falando o Senador. Essa formação da rede impôs a todos nós o que V. Ex^a chamou de profissionalização; ou seja, todos trabalhamos hoje com instituto de pesquisa de audiência; todos sabemos hoje a nossa audiência medida pelo IBOPE, que é o que mais trabalha. Coloco duas questões. Uma delas, como o Jorge falou, refere-se ao nosso percentual de audiência. A última pesquisa nacional de audiência contemplou...

O SR. AGNELO ALVES - A **TV Cultura**.

O SR. MAURO GARCIA - A **TVE** do Rio de Janeiro. A última pesquisa nacional de audiência contemplou as sete principais redes e é a primeira vez que eles nos incluem na medição nacional. Para as televisões públicas do Brasil inteiro eles registraram uma audiência média de 3%. Esse percentual de 3% significa a quinta posição entre as sete redes; 3% é 1 ponto percentual somente abaixo de uma quarta colocada, que é uma emissora comercial forte.

Em se tratando de audiências baixas, dentro dos grandes volumes que as principais redes têm, os nossos números são significativos, comparando-se aos números de algumas redes públicas importantes no mundo inteiro. Se tivéssemos os 3% de audiência e esses mesmos 3% corresponderem aos 3% da fatia da receita publicitária para a televisão, estaríamos falando em algo em torno de R\$120 milhões. Não passamos sequer perto desse valor. Temos essa audiência de 3%, mas sequer temos os 3% da fatia da publicidade na TV, fatia que creio que merecemos. Isso foi quase uma imposição para nós; ou seja, aprendemos a nos profissionalizar para tratar de uma produto sério. Foi isto que viemos trazer para a Comissão - a formação de uma rede pública. Isso tem um aspecto fundamental mais do que definido: a questão da publicidade ou a estratégia de programação visa, por meio dessa montagem da rede, fortalecer cada emissora regional para

que ela não esteja à mercê de poucos investimentos em determinados momentos. Queremos isso permanentemente. Assim, quanto mais as emissoras de regionais forem fortes, maiores serão as possibilidades de termos uma rede que traduza realmente a produção audiovisual brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Para abrirmos o debate dentro do contexto, eu diria que durante muito tempo essas vinte e tantas estações de televisão lutaram cada uma delas por conta própria. Quando fui Governador do Rio Grande do Sul, tive uma briga com os antecessores de vocês. Isso porque, para eu usar o programa da TV de São Paulo, eu não podia usar o do Rio. Para usar o do Rio, eu não podia usar o de São Paulo. Eu dizia o seguinte: eu quero o melhor do Rio e o melhor de São Paulo. No fim, eles concordaram. Havia época em que era complicado. O ambiente era difícil. Havia uma competição entre as duas. Era uma guerra entre as duas. Lembro-me disso porque participei disso. Fui falar no Rio e em São Paulo, porque achava um absurdo e disse a eles que iria virar a mesa se eles não deixassem.

Então, agora estamos chegando a esse ponto. O início desta nossa discussão é que a Comissão vai debater, aprofundar a questão da Televisão no Brasil. É claro que vamos analisar a televisão privada, a televisão a cabo, o contexto em geral. Achamos interessante ouvir os dois representantes das duas maiores estações de televisões públicas, culturais e educacionais pela experiência que eles estão tendo, para buscarmos o debate com as outras emissoras de televisão. Antes desta Comissão, fizemos uma Comissão temporária, de 120 dias, onde levantamos as questões que fariam parte desta Comissão. Naquelas reuniões, trouxemos pessoas muito importantes para discutir conosco.

Por exemplo, perguntamos ao criador sobre a manutenção do Programa Sítio do Pica Pau Amarelo, que foi um programa espetacular da **Globo**. Questionamos por que a **Globo** não colocava mais o programa no ar e por que não havia um programa igual àquele. O representante da **Globo** disse que a questão era muito singela: o programa saía muito caro. Insisti: por que saiu do ar? Ele disse que saiu porque a concorrência mostrava enlatados de desenhos com uma moça bonita fazendo a apresentação e tinham mais audiência. A **Globo** fez o mesmo: terminou com o programa, colocou uma moça mais bonita do que a do concorrente e desenhos mais animados do que os deles. E lá se foi o Sítio do Pica Pau Amarelo. (Risos)

Foi assim que ele nos contou.

O SR. ROMEU TUMA - Parece-me que há um estudo no sentido do retorno desse programa para a programação do próximo ano.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - No Brasil, é claro que vivemos numa democracia; é claro que vamos ter que fazer um debate, mas temos que encontrar alguma fórmula para que não seja só o Ibope a controlar isso. O Ibope está lá minuto a minuto. Quando há um programa com maior dose de sensacionalismo, em que a moça tira mais uma peça ou então mostra-se uma coisa violenta, o Ibope aumenta. Mas não pode ser só isso.

O SR. ROMEU TUMA - V. Ex^a viu como fazem as telenovelas hoje? Entra a telenovela em cima do jornal sem a abertura, para não interromper a audiência, para ninguém procurar um novo canal.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - O Professor Jorge está com a razão. Antes disso, o jornal é feito no ritmo da novela. É o contrário.

O SR. MAURO GARCIA - Outro dia, no **Jornal Nacional** havia quatro mães chorando em diversos assuntos. Uma no Afeganistão, outra em Santos...no ritmo da novela.

O SR. AGNELO ALVES - Quero acrescentar, a título de informação, que a novela hoje mata personagem, projeta personagem, prolonga capítulos ou diminui capítulos de acordo com o Ibope. Por quê? Porque há o interesse financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Um artista me contou que fez um contrato com a televisão onde ele ia ganhar tanto, mas no primeiro mês ele morreria ou desapareceria. O sucesso dele foi tão grande que o mantiveram e, no contrato, já estava acertado que ele iria ganhar determinada quantia. Então, ele disse a eles que queria um aumento ou ele sairia da novela.

É dentro desse contexto que queremos ouvir a experiência da **TV Educativa**, para ver até que ponto podemos buscar esse diálogo. Uma coisa interessante que eu queria dizer: houve um entendimento das TVs Públicas com o Secretário dos Direitos Humanos. Elas pediram mais 60 dias, porque não tinham chegado a um entendimento. E duas entregaram as propostas pessoais do Código de Ética para o secretário. Mas houve uma coisa interessante é que as duas empresas - agora são dois grupos, o da **Record** e o outro - chegaram a um entendimento de fazer um Código de Ética só.

O SR. MAURO GARCIA - De todas elas, pela Abert?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - De todas elas, pela Abert, a **TV Record** e a substituta da Manchete.

O SR. MAURO GARCIA - Chama-se **Rede TV**, a substituta da **Manchete**.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - **Rede TV** e a **Record**, saíram da Abert e fizeram uma rede separada.

O SR. MAURO GARCIA - Vão fazer um código separado?

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Não, o Código vão fazer em conjunto.

O SR. AGNELO ALVES - Gostaria de sugerir, inclusive, de trazer também para o debate homem do Ibope.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - É uma bela idéia.

O SR. AGNELO ALVES - Ele vai dizer coisas aqui que o povo vai morrer de rir, mas é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - O do Ibope e do 0900 também.

O SR. MAURO GARCIA - Senador, é fundamental, para os Senadores que não estavam no começo da exposição, que repetíssemos a idéia de que entendemos fundamental a alternativa da TV pública, porque ela tem ter um compromisso com a qualidade na formação do gosto, do caráter, do patriotismo, da solidariedade do homem brasileiro, que está prejudicado pela escola pública deficiente e pela família, mais ou menos, em dissolução. Essa é a tese.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - A tese é de aproveitar o que fizeram por conta própria. Reuniram-se as vinte e duas televisões, chegaram a um entendimento e fundaram essa entidade que se chama Abpec, Associação de Emissoras de Televisão Públicas, Educacionais e Culturais, e que já tem um primeiro passo, que é a primeira vez que acontece, que vão ter seis horas diárias de programação geral em rede. Essas seis horas, pelo que entendi, será o que cada televisão apresentar de melhor. Vai ter que haver um entendimento. Se a do Rio Grande estiver boa, tudo bem. Se não tiver nada de bom, azar dela. Tudo isso na base do entendimento. E fazer com que seja uma experiência nova que vamos ter. Uma experiência nova com programas como o **Roda Viva**, o **Rá-Tim-Bum**, **Opinião Brasil**. Então, é um fato novo que vai estar aí. Penso que é interessante porque é um referencial.

O SR. JRGE DA CUNHA LIMA - Senador, só queria acrescentar, se V. Ex^a me permitir, que realmente, não precisamos nem de 60 dias a mais. Nós, antecipadamente às emissoras comerciais, entregamos a nossa proposta de princípios éticos. Estamos deixando aqui para os Srs. Senadores os princípios éticos que norteiam o conteúdo da programação e da nossa relação com o mercado. Essa foi a nossa contribuição, inclusive, para o Secretário José Gregório.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Não sei se os Senadores estão entendendo. O que estamos trazendo aqui é uma experiência. Pretendemos fazer o debate, trazer pessoas que vão nos dar a experiência de como é na Inglaterra, na França e em outros países, para buscarmos o entendimento de uma fórmula de como vai ser aqui.

Penso, com toda sinceridade, e volto a repetir, que temos que chegar a um entendimento. Um país como o Brasil não pode se dar ao luxo de não usar a televisão para o conjunto da sociedade. Não é possível isso. O Brasil nunca vai avançar, nunca vai dar um passo rumo ao seu futuro senão por meio da televisão. Não vejo como o ensino vai melhorar no interior do Mato Grosso, da Amazônia ou do Rio Grande do Sul senão via televisão. Não sei como vamos dar um sentido de cidadania senão via televisão.

Então, haverá liberdade, programa, televisão, novela, etc, mas vamos fazer uma análise do contexto em que isso vai ser feito.

Sinto algo de concreto. De repente, vai aparecer um referencial. A cadeia de televisão do Brasil, a rede pública, é um referencial. À medida que isso for apresentado, será uma televisão de boa qualidade e do sentimento nacional. Há televisão no Rio Grande do Norte, mas, na verdade, Rio e São Paulo dominam. Nós, do Rio Grande do Sul, do Rio Grande do Norte e do resto, vivemos uma lavagem cerebral do Rio e de São Paulo, porque, seja novela, música ou outra programação, a referência é Rio e São Paulo. Deve haver, então, uma cadeia que mostre a televisão no seu sentido nacional.

O SR. MAURO GARCIA - Há também o “tchan” da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Há também, mas por causa do Antonio Carlos. É a força do ACM. É claro que os cantores ajudaram um pouco.

No momento em que aparecer na televisão, durante seis, sete horas, uma programação nacional, não tenho nenhuma dúvida de que no debate, na conversa que vamos ter com as outras emissoras de televisão, esse vai ser o referencial.

Em conversas que tive com a direção da **Globo** há alguns anos, vi que eles pretendiam ter uma televisão igual a de vocês, de alto gabarito. Às vezes, vejo a concorrência, que faz com que pessoas mudem

de emissora. Eles diziam que tínhamos de proibir o sexo em tal horário. Mas à medida que um faz, os outros vão seguindo. Esta Comissão é uma maneira de rever isso.

Considero a decisão histórica de V. S^{as} da maior importância, do maior significado, algo de grande aspecto positivo para a televisão brasileira. Eu iria além, tentando uma possibilidade de fazer convênio com essa rede de televisão e as universidades brasileiras, para que haja produções independentes, com o Governo ou até entidades empresariais privadas podendo bancar aquilo que não sei por quê a televisão privada não tem interesse.

O SR. MAURO GARCIA - Fizemos uma experiência interessante agora, o Projeto Genoma. Foram feitos documentários, financiados pela Fapesp, acerca de um assunto científico da maior importância, numa linguagem popular. As universidades consideram o mais importante trabalho científico da televisão em todos os tempos. Tratou-se de algo feito com uma certa simplicidade – algumas matérias sobre um assunto científico complicado –, que foi exibido, com a ajuda da Fapesp, na rede pública.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - V. S^{as} não calculam como é impressionante no interior o número de agricultores que vêm e que se orientam pelo **Globo Rural**. A **Rede Globo** agora está fazendo injustiça, transmitindo-o às cinco da madrugada talvez. Cada vez, ele vai passando mais cedo, porque entram outros programas. Mas é impressionante como as pessoas vêm, orientam-se, gravam e aprendem a cultivar, a plantar e a criar vendo aquele programa.

O SR. AGNELO ALVES - Há uma Comissão temporária para estudar o problema do cinema nacional, dos incentivos, como investir, como incentivar. Como V. S^{as} veriam uma lei desse tipo, de incentivo à televisão cultural?

O SR. MAURO GARCIA - As últimas versões da lei de cinema felizmente já estão atingindo a televisão. Então, estamos podendo relacionar programas e projetos televisivos dentro da última versão da lei. Esse avanço foi bastante significativo.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Como produção audiovisual brasileira.

O SR. AGNELO ALVES - Já é uma participação móvel.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, falar de televisão tendo dois monstros da televisão presentes é difícil.

Gostaria, mas acredito até desnecessário, de elogiar a conduta do Dr. Jorge da Cunha Lima, um intelectual, um homem prático, objetivo, que, à frente das missões que recebeu em São Paulo, sempre se portou com lisura, com dignidade e sempre a serviço da sociedade, por inteiro; nunca deixando nada a desejar quanto ao seu comportamento diante dos trabalhos que recebeu por vários governos. Sou testemunha viva disso. Participei, em horas difíceis da vida nacional, e, por várias vezes, tive a oportunidade de me aconselhar com V. S^a. Não posso dizer o mesmo do Dr. Mauro porque, infelizmente, não o conheço, mas sei do seu trabalho, da sua conduta à frente da **TV Rio**.

Ouvindo o debate do Senador Agnelo Alves, que é um conhecedor, entrando no âmago da questão mais importante, que é problema da verba. Vi V. Ex^a, por várias vezes, em briga constante. O nosso querido Dr. Sodré, quando à frente da **TV Rio**, ficava desesperado por causa do processo gerado pela falta de dinheiro para continuar seu trabalho na televisão, um trabalho de nível que pudesse alcançar a sociedade, que representasse a busca da cidadania, de uma orientação segura de uma sociedade um pouco menos voltada para a ambição que hoje se desenvolve, e até com a conduta de minorizar um pouquinho a violência que existe por aí, que é apresentada de quase todas as formas que possamos imaginar nos programas das emissoras comerciais.

V. S^a - se não me engano no programa **Roda Viva** - falou da possibilidade de uma publicidade que pudesse reverter esse quadro, fez uma exposição e explicou muito bem. Fico me perguntando se as televisões estatais e também as emissoras privadas não poderiam também colaborar com patrocínios esportivos. O patrocínio de esportes das estatais é importante. Por que não fazê-lo também nas televisões? para que se tenha programas de qualidade. Eles passariam até a fiscalizá-los. A idéia é louvável, elogiável.

Seria redundância dizer que o Senador Pedro Simon sempre tem grandes idéias. Quando S. Ex^a propôs a criação desta Comissão, pensei que seria mais um tema a ser discutido; mas, com toda a honestidade, jamais poderia imaginar a oportunidade de se chegar a alguma conclusão sadia para sociedade, porque há uma deterioração constante dos programas de televisão.

Se, por um mês, relacionarmos a programação dos canais de televisão, anotando o que viu de ruim, V. S^a terá um índice que não caberá numa folha de papel, porque, com essa disputa por audiência, a programação vem ferindo a dignidade da pessoa.

Os programas voltados para a infância e a juventude deveriam ser os mais importantes, pois formam o futuro da nossa sociedade, mas só são encontrados nas televisões educativas que possuem programas a que assistimos com prazer. Alguns filmes de retrospectiva, históricos, que passam na TV educativa são importantíssimos. Se não têm audiência, é pela falta de um incentivo maior que propicie, por meio de uma publicidade interna nas escolas e universidades, uma discussão sobre ao tema. Há programas médicos importantíssimos de algumas TVs a cabo. A TV educativa poderia ter como símbolo permanente programas desse nível.

Sinceramente, quando somos convidados a participar de um debate, de uma entrevista numa TV educativa, vamos com uma tranquilidade enorme porque sentimos que não haverá nenhuma cilada durante a entrevista. Participei de vários debates, pena que não nos convidem sempre.

A TV educativa tem uma vitalidade enorme, pois, quando há programas inteligentes, bem elaborados, entrevistas interessantes – tenho certeza absoluta – que a audiência é boa. Recebe-se da população questionamentos a respeito do assunto tratado durante aquela entrevista.

Penso, Senador Pedro Simon, que V. Ex^a deve continuar, devemos estimular para que eles continuem e, se for necessário, devemos elaborar os projetos necessários para que esses padrões, em que V. Ex^a trouxe esses dois senhores hoje, seja mantido.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Agradeço as referências. Elas são propriamente fruto de uma velha amizade e de um respeito recíproco do que das virtudes eventuais do citado.

Concordo plenamente com o Senador de que, efetivamente, constituímos uma alternativa, que deve ser aproveitada, devendo servir como paradigma para que as TVs comerciais melhorem sua programação. É inequívoco que a TV comercial, quando quer, sabe fazer. Quando eles querem fazer uma novela correta, fazem, e quando querem fazer um seriado, fazem.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Nunca se badalou tanto a reforma agrária, nunca se discutiu tanto à época daquela novela em que apareceu um senador.

O SR. MAURO GARCIA - O Rei do Gado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Ele apareceu chorando na novela na morte do Senador.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Então, é fato que a TV comercial pode fazer grandes programações. A TV pública tem o dever de fazer. Tenho impressão de que está fazendo. O Senador Caxias que o diga.

O SR. ROMEU TUMA - Até serviu de estímulo para a discussão da própria reforma agrária. Veja V. Ex^a que ela refletiu realmente o que aconteceu no campo, não distorceu a história.

O Ministro Raul Jungmann esteve hoje na Comissão da Pobreza discutindo o tema reforma agrária, sua condução. O Senador Eduardo Suplicy teve um papel importante nos questionamentos que apresentou porque conhece bem o assunto. Todos nós tivemos a possibilidade de discutir também. Talvez, por ter se repetido a novela, a imagem do que aconteceu no campo, da morte, da disputa de terra e até das falcatrúas nas desapropriações pôde ser discutida com bastante sinceridade nas nossas comissões do Parlamento.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Posso afirmar, Senador,...

O SR. AGNELO ALVES - O melhor negócio no Brasil hoje é vender terra ao Incra.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Não existe nenhum país no mundo onde a influência da televisão seja tão definitiva na formação do caráter do cidadão quanto no Brasil. É fundamental fixarmos isso, sobretudo no momento em que o Ministério das Comunicações está preparando uma lei eletrônica de comunicação de massas. Peço que os Senadores aqui presentes e os ausentes prestem uma atenção fundamental. Essa lei pode ou ampliar, ou, de uma certa forma, aniquilar com a televisão educativa e pública deste País.

O SR. EDUARDO SUPLICY - Sr. Presidente, era sexta-feira ou sábado à noite quando estava passando um filme na televisão, na **Rede Globo**, por volta de 23h30min ou meia noite, em que se desenvolvia a história de um rapaz numa escola pública dos Estados Unidos em que ele, tendo sido, na sua opinião, ofendido pelos professores que o repreenderam por não estar tendo um bom desempenho, acabou por desenvolver um sentimento de revolta muito grande e, pegando um rifle e centenas de balas, entrou na escola atirando nos seus professores e colegas, matando uma porção de pessoas ou pelo menos ferindo.

O SR. MAURO GARCIA - Era ficção isso?

O SR. EDUARDO SUPLICY - Era um filme de ficção.

Aquilo me chamou a atenção porque, casualmente, eu ligara a televisão havia pouco mais de 10 minutos e justamente na cena de maior violência, em que o rapaz entrava na escola atirando e matando pessoas. E eis que uma pessoa me telefona, da Zona Sul de São Paulo, impressionadíssima, mas como é que

está se passando esse tipo de filme na televisão. Atemorizada ela estava que, de repente, algum rapaz fosse estimulado a fazer algo semelhante. Eu o ouvi por uns 10 minutos, enquanto se passava o filme, e ele não parava de externar o seu sentimento, pedindo-me que fizesse alguma coisa.

Fiquei pensando muito naquilo, até porque não tenho a certeza de que um filme dessa natureza efetivamente vá instar pessoas a fazer o mesmo. Por outro lado, estava sendo passada uma história que guarda semelhança com fatos da vida real, já que, volta e meia, nesses últimos dois, três anos, temos lido nos jornais que pessoas têm tido esse tipo de comportamento nos Estados Unidos, e muito raramente aqui. Se bem que aqui também, pois os jornais de hoje veiculam que dois menores, diante de um posto de saúde, resolveram matar uma médica que estava ali. Tratava-se de um assalto de meninos da Febem. A violência entre nós está no cotidiano.

Será, então, que cenas daquele tipo realmente implicam em estímulo à violência, à criminalidade? Fiquei pensando sobre isso. O filme, que não assisti até o final, porque estava chegando tarde, provavelmente iria mostrar uma situação em que, para aquele rapaz, não terá de maneira alguma valido à pena, por qualquer critério, ter feito aquilo.

Dessa forma, como não tenho opinião formada sobre o tema, gostaria de perguntar a ambos, como responsáveis por emissoras de televisão na área pública, que visão têm relativamente a coisas desse tipo, que, volta e meia, têm sido objeto de consideração.

Do que tenho a consciência é que as televisões públicas, como a **TV Cultura** e a **TVE**, têm tido uma preocupação de não mostrar tanto coisas dessa natureza, em que pese o fato de que, pelos seus programas jornalísticos, estarem sempre mostrando os fatos da vida real e, aí sim, mostrando as coisas que acontecem, ainda que possam, eventualmente, as cenas da vida real serem impressionantes. Ou seja: se ocorre uma situação de rebelião na Febem, onde estão ali, primeiro, os monitores, funcionários, servidores da Fundação, até encapuzados, batendo nos menores, aquilo foi mostrado, e, por outro lado, em decorrência até de situações como essa, os menores resolvem se revoltar para devolver aquilo que avaliam como importante, ou até se porventura as emissoras de televisão ou jornalismo da **TV Educativa** e **TV Cultura** capturem uma cena de violência, isso é mostrado. Certamente, essas cenas da vida real acredito que devam ser mostradas - disso não tenho dúvida alguma - por mais impressionantes que sejam. Obviamente, fazendo-se a edição, para se comentar o que aconteceu.

Eu vou deixar apenas essa pergunta para ambos. Ao mesmo tempo, cumprimento essa entidade que reúne as emissoras públicas, cumprimento o Senador Pedro Simon por estar presidindo esta Comissão, que traz depoimentos de muita importância.

Não sou Membro desta Comissão, mas fiz questão de vir aqui, Senador Pedro Simon, por algo que aconteceu, quando da última votação da concessão da autorização para que a TV Cultura de São Paulo funcionasse.

Como a Bancada do PT tem aqui votado “abstenção” porque ainda não foi constituída aquela Comissão, então o Presidente Jorge da Cunha Lima, da **TV Cultura**, enviou-nos uma carta, perguntando por que não votamos a favor. Eu encaminhei uma carta explicando, primeiro, do respeito, que quero aqui reiterar, e de como eu próprio avalio a **TV Cultura**, ao realizar programas como **Rá-Tim-Bum**, **Roda Viva**, **Opinião Brasil** - que antes se chamava Opinião Nacional -, a **TVE**, a cujos programas também assisto. São programas de alta qualidade do ponto de vista do jornalismo, do debate. Ainda ontem, **Roda Viva** entrevistou o Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores; há menos de um mês, o próprio Deputado José Genoíno, Líder do PT na Câmara dos deputados; recentemente, o Senador Pedro Simon e o Presidente do Senado Federal, Senador Antonio Carlos Magalhães, só para citar o espectro mais amplo de pessoas dos mais diversos partidos. Isso mostra a busca da informação e do debate pluripartidário aberto a todas as correntes.

Então, quero transmitir os meus cumprimentos. Respeito a televisão pública no Brasil. Avalio que a iniciativa de ambos é muito importante, mas gostaria de ouvi-lo sobre o fato que aconteceu.

O SR. MAURO GARCIA- Sr. Senador, respondendo a sua pergunta, ...

O SR. EDUARDO SUPLICY - Ressalto que não tenho qualquer espírito de censurar qualquer emissora por apresentar esse ou aquele filme. Isso seria a última coisa que eu faria. Todavia, diante do telespectador que telefonou tão preocupado, gostaria de ouvir a opinião de ambos.

O SR. MAURO GARCIA - O filme da censura nós já vimos e não gostamos. Esse filme é outra coisa. Acho que não há nenhum dado concreto que relacione, até como V. Ex^a mesmo falou, a exposição direta a um filme, a questão da violência ao resultado, na prática. Não há nenhum dado concreto que relacione a realidade com a simples exposição ao Cinema. É o caso desse filme.

Agora, há um dado que é importante que nos preocupa. Além do papel que a televisão tem neste País como um veículo de tamanha expressão, de tamanha cobertura, recentemente, depois da estabilização da moeda, de certa forma, a entrada de novos telespectadores, principalmente, diante da televisão de canal aberto e sobretudo as classes populares, gerou o que temos visto na televisão: a deformação até das grades de programações. As emissoras comerciais estão tentando ainda se encontrar e lidar com esse público novo.

Agora, nas classes populares, principalmente as classes C, D e E — que hoje são uma audiência grande na televisão em canal aberto, na TVE do Rio de Janeiro, só para V. Ex^a ter uma idéia, as classes C, D e E respondem por 80% dos telespectadores —, algumas dessas pessoas têm a televisão como única fonte de informação. Aí é que esse filme entra e me preocupa. Não que haja uma relação direta entre a exposição da violência na ficção e a realidade. Mas a exposição demasiada e a banalização da violência na televisão, que, às vezes, como falei aqui, é a única fonte de informação de algumas famílias, de algumas crianças e cidadãos, sim, é preocupante.

O SR. ROMEU TUMA - Eu pediria um pequeno aparte na sua exposição.

O SR. MAURO GARCIA - Pois não.

O SR. ROMEU TUMA - O que me preocupa bastante nos programas matinais, logo depois dos telejornais, é que vem uma moça bonita, como o Senador Pedro Simon falou, que apresenta vários filmes.

O SR. AGNELO ALVES - A Tiazinha.

O SR. ROMEU TUMA - Não. Há uns filmes japoneses de violência, e os brinquedos de maior venda são cópias dos monstros que são criados, e que viram automóveis. Mas é tudo de luta, de morte, assassinato, com mocinho, bandido. É o tempo inteiro somente luta e violência. E a tendência das crianças é repetir as cenas dos filmes. Acho que isso está em cima do que o Senador Suplicy...

O SR. AGNELO ALVES - Eu queria somar, talvez, uma opinião ou uma pergunta. No meu tempo de criança, todos nós, garotos, queríamos ser o mocinho, o Buck Jones — nem me lembro mais —, o Tom Mix, Flash Gordon.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Ganhavam revólver de brinquedo e tudo.

O SR. AGNELO ALVES - Hoje, os meninos querem ser o bandido, o cara de cavalo, o facínora, algo desse tipo. Então, há, inequivocamente, uma influência. É como as meninas hoje. Uma mocinha daquele tempo queria que o cavalheiro chegasse lá e tal. Hoje, elas botam o bambolê do Tchan e, pelo amor de Deus, fazem inveja à própria inventora.

O SR. MAURO GARCIA - Como eu estava dizendo, temos a televisão às vezes como a única fonte de informação, e não há outras opções, outros acessos. As classes A e B migram para a televisão a cabo para buscar outra alternativa ou vão para o teatro ou para o cinema, mas isso não acontece da mesma forma nas classes populares.

Entretanto, deixem-me só acrescentar, se o Senador Suplicy me permitir, que a violência que está exposta nas televisões hoje não é só a da criminalidade: é a violência contra a mulher, a violência contra a criança, ou seja, qualquer forma de violência. Hoje, as programações, infelizmente, estão recheadas de qualquer tipo de violência: violência verbal, violência sexual, todas as formas de violência. Isso exposto dessa forma e, às vezes, como única fonte de informação, preocupa.

Agora, restabelecer a censura, nunca mais. Mas a nossa sociedade teria que estar preparada, sim, para reagir, desligando a televisão ou mudando de canal. Mas é preocupante.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Isso vai ser difícil, porque — eu quero responder ao Senador também — a questão da violência me preocupa muito não apenas na idéia de que um filme violento tem revólver, tem tudo isso. É que se criou uma lógica mercadológica da violência, o que é da maior gravidade: tudo o que tenha uma emoção violenta interessa para a audiência; tudo o que tem o espetáculo da destruição, como eu disse, algo no que se transformou o jornalismo, é violência. A violência não está, às vezes, num filme de arte que tem violência. A violência está na própria lógica do formato da televisão. O telejornalismo é violento, ele é um espetáculo da destruição; a boa notícia, que eleva o ser humano, não interessa, porque o ritmo precisa ser o do espetáculo da destruição. Depois, os filmes têm uma lógica da violência que nem sempre é a da metralhadora. Eu vou dar um exemplo: eu assisti a um filme, um outro dia, em que, durante vinte minutos, nenhuma pessoa saía pela porta do prédio. Todos saíam pela janela. Pergunto: como será a lógica, a cabeça de uma criança diante de uma situação num edifício onde todas as pessoas são remetidas pela janela.

O SR. AGNELO ALVES - Na melhor das hipóteses, ele vai procurar uma janela.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Ninguém saiu pela porta. Então, é o que eu digo, há uma lógica da violência que vai deturpar o nosso cérebro e que acaba produzindo criminosos. Agora, isso é tão

generalizado que, vamos admitir, se se fizesse uma censura sobre isso, teria de ser uma censura sobre o ritmo do telejornalismo, sobre o ritmo dos cartuns, dos desenhos animados, o ritmo de tudo.

Tem razão o Senador quando disse que os heróis eram éticos. Hoje apenas são heróis da força. A única ética do Rambo é a ética da força. Estamos canonizando no mundo moderno a força, a violência como padrão ético do ser humano. Isso é dez vezes mais grave! Esse cidadão que telefonou a V. S^a, o fez porque está num bairro onde provavelmente há extermínio nos fins de semana. Ele já vive aquilo e ainda vai assistir na televisão o filme da sua vida, da sua vizinhança!

Tenho a impressão de que - não é uma questão para se resolver nesta Comissão mas temos de nos conscientizar - a violência se instalou na televisão brasileira como um sistema mercadológico e como um formato televisivo. E você tem que produzir a emoção para substituir a violência. Por isso penso que é tão importante ter algum dinheiro para se fazer ficção.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Quando V. S^a diz que a violência se instalou na televisão brasileira não é bem assim. A violência se instalou na televisão americana! Repare, por exemplo, o que está ocorrendo nos colégios americanos. Quer dizer, eles estão se reunindo, o Presidente da República está debatendo porque terão de estudar uma fórmula, pois, na verdade, é uma revolução. O que quero dizer é que esses desenhos do Japão e dos Estados Unidos vêm de lá para cá. Não dá para dizer que se instalou na televisão brasileira como coisa nossa.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Não.

O SR. AGNELO ALVES - Ninguém mandou de graça; nós é que compramos.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Mas eles divulgam lá também. É um problema que lá também existe.

O SR. ROMEU TUMA - Gastando divisa.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Sim, mas quero dizer que a questão é mais profunda no sentido de que lá também existe, sendo que o problema está mais sério.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - É um componente universal. V. Ex^a tem razão. E a globalização...

O SR. AGNELO ALVES - Se me permite, tenho assistido à televisão americana quando vou lá e não vejo esses excessos cometidos aqui. Aqui está algo para lá de absurda. E se acha pouco, repete-se mil vezes a mesma cena. Daqui a dez dias está passando a mesma cena. O sujeito está sendo julgado, está passando a mesma cena... Esse problema que houve em São Paulo, com o sujeito que estuprou várias mulheres, virou um herói. Se ele for solto e candidato a Vereador, está tranquilo em São Paulo.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Esperamos que não.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Quero agradecer. Penso que para nós foi uma honra muito grande receber os Professores Jorge da Cunha Lima e Mauro Garcia. Penso que foi um bom presságio para os trabalhos desta Comissão a presença dos dois e a notícia desse grande trabalho, que teremos por intermédio dessa cadeia nacional de televisões públicas. Com toda sinceridade, gostaríamos de manter um diálogo permanente com essas leis que vão vindo. Vamos debatê-las, discuti-las e analisá-las. Vamos fazer um grande debate público em torno delas e a presença e a colaboração dos amigos são fundamentais.

O SR. ROMEU TUMA - Sr. Presidente, sugiro que, se fosse possível, façamos uma visita às instalações. Conheço bem a de São Paulo, embora não conheça a do Rio de Janeiro. Faremos uma visita para vermos como é a grade, como são produzidos os programas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Gostaríamos muito. Em primeiro lugar, é com maior prazer que S. Ex^a fala em nosso nome: "Nós gostaríamos de fazer uma visita no Rio e em São Paulo". Em segundo lugar, queríamos dizer que vamos sentar à mesa também para debater a programação que vão ter nessa Rede. No que pudermos ajudar e colaborar, fazemos questão absoluta.

O SR. JORGE DA CUNHA LIMA - Nós estamos às ordens. A Comissão convocando, estaremos presentes.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) - Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 20h20min.)